

PRÁTICAS E DISCURSOS NA RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO, NO ANO DE 1968, EM PERNAMBUCO

Samuel Carvalheira de Maupeou

Universidade Federal de Pernambuco

Entre 1968 e 1974, setores do Estado e da Igreja Católica entraram em conflito e se aproximaram de uma ruptura.ⁱ

A Igreja e o Estado, desde o início do século XX, tinham mantido um certo vínculo. A sua relação estava baseada em uma colaboração, na qual o Estado financiava os projetos da Igreja e reconhecia o catolicismo como religião semi-oficial (ou quase oficial). A Igreja, por sua vez, dava legitimidade à política governamental. Essa colaboração recebia a denominação de concordata moral.ⁱⁱ

Com o advento do regime militar (em 31 de março de 1964), setores de ambas as partes passaram a travar um conflito. Parcelas do Estado se opuseram a alguns setores da Igreja (aqueles com uma orientação religiosa mais progressista).

A Igreja Católica, enquanto instituição, não pode ser considerada dentro de uma perspectiva de homogeneidade. Dentro dela, existem setores diversos. Cada um deles possui a sua concepção de fé e de missão da Igreja.

O fato de existirem diversos modelos de como deveria ser a Igreja permite se entendê-la como uma instituição que abrange posicionamentos diferentes. Não constitui, portanto, um corpo monolítico, unilateral.ⁱⁱⁱ

Quanto à heterogeneidade da Igreja, Michael Löwy afirma o seguinte: “[...] a Igreja latino-americana deixou de se apresentar como uma corporação homogênea. De um país ao outro podemos encontrar orientações não só diferentes como às vezes totalmente opostas [...]”^{iv}

De acordo com a afirmação de Löwy, a Igreja compreende, dentro de uma mesma estrutura, posicionamentos e concepções de fé distintos, chegando eles a ser, inclusive, completamente antagônicos.

Os conflitos, que começam a surgir já por volta do ano de 1964, não envolvem a Igreja como um todo. Apenas os seus setores mais progressistas passam a entrar em choque frente a parcelas do Estado. Esses setores constituem a Igreja Popular, que adota, para si, uma visão mais progressista. Por esta, entende-se um maior comprometimento com uma concepção de fé vinculada à justiça social e ao envolvimento junto às classes populares.^v

O setor progressista é apenas parte da Igreja Católica. Surgiu por volta do ano de 1964 e começou a se desarticular desde o início da década de 1980. Dentre as causas diversas para explicar a desarticulação da ala progressista, o americanista Scott Mainwaring, que se dedica ao estudo da Igreja, aponta o desenvolvimento de uma tendência neoconservadora dentro da Igreja do Brasil e, também, da Igreja internacional (como no caso da Holanda).^{vi}

O neoconservadorismo consiste num movimento que marca a reafirmação dos setores moderados e conservadores da Igreja, setores que nunca desapareceram. É uma tendência mais recente da Igreja e foi apoiada por uma postura conservadora desenvolvida pelo Papa João Paulo II.

O vaticano procurou, desde o final da década 1970, conter os setores progressistas da Igreja do Brasil. A principal medida foi a nomeação de bispos de uma linha mais conservadora. As nomeações eram feitas em detrimento dos protestos e das reações dos setores liberacionistas.

Os conflitos entre parcelas do Estado e os setores mais progressistas da Igreja Católica, segundo Kenneth Serbin, eram oriundos de concepções diferentes adotadas por cada um deles. As Forças Armadas se afirmavam enquanto defensoras da civilização cristã ocidental e se opunham à subversão. Os setores progressistas da Igreja, por sua vez, buscavam dar novos direcionamentos à missão cristã, dando uma ênfase maior à paz, ao desenvolvimento e à justiça social. Foram essas diferenças que motivaram os conflitos.^{vii}

O Estado se considerava o responsável pela defesa dos valores da civilização ocidental cristã e primava pela conservação do *status quo*. Combatia qualquer ameaça à política governamental e à ordem estabelecida pelo Regime Militar em 31 de março de 1964.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi adotada pelo Regime recém-instaurado como a base legal para acusar os seus adversários políticos e para persegui-los. Qualquer tentativa de subversão da Doutrina era tida como um atentado à Pátria, ou seja, como um ato de antipatriotismo.

Alguns setores da Igreja, impulsionados pelas concepções do Concílio Vaticano II (1962), procuravam dar maior ênfase aos aspectos sociais e defendiam a justiça social.^{viii}

Tal qual o Estado, que adotava, oficialmente, a Doutrina de Segurança Nacional, os setores mais progressistas da Igreja Católica assumiram uma concepção de fé mais comprometida com a justiça social e a defesa dos direitos humanos: “[...] a Igreja mudara dramaticamente sua missão tradicional para uma estratégia de militância em favor dos direitos humanos e da igualdade social.”^{ix}

A ênfase na justiça social e nos direitos humanos era o princípio defendido pela Igreja Progressista. Compunha uma concepção de religião que rompia com o catolicismo tradicional e que pregava a igualdade social.

O Exército assumia uma postura oficial em defesa da segurança nacional. Já os setores progressistas da Igreja, imbuídos dos princípios do Concílio Vaticano II, adotavam uma nova doutrina baseada na justiça social.

Na região Nordeste, o envolvimento da ala progressista da Igreja se deu, principalmente, junto aos camponeses. Estes viviam em situação de miséria.^x

Os camponeses do Nordeste enfrentavam condições precárias de moradia e de saúde. Dependiam dos grandes proprietários de terra e estavam submetidos a condições sub-humanas de subordinação e de exploração. As constantes secas que assolavam o sertão tornavam a situação de miséria e de opressão em que se encontravam ainda mais grave.

Quanto à postura da Igreja Popular do Nordeste, Mainwaring afirma o seguinte: “No período pós-1964, os movimentos populares que haviam encorajado a Igreja a mudar não mais existiam – mas a Igreja não necessitava desse estímulo direto. Na ausência de outras instituições que fossem capazes de defender os camponeses, o clero assumiu essa tarefa e, ao fazê-lo, desenvolveu paulatinamente um compromisso mais sólido com os pobres.”^{xi}

A Igreja Progressista do Nordeste assumiu, durante o Regime Militar, um compromisso com os pobres. Fez uma opção pelas camadas menos favorecidas da sociedade.

Ao fazer uma opção preferencial pelos pobres, o setor progressista da Igreja entrou em conflito com algumas parcelas do Governo Militar. Ocorreram acusações, prisões, perseguições e, inclusive, assassinatos.

Alguns católicos progressistas eram acusados de violarem a Doutrina de Segurança Nacional e de intervirem na política adotada pelo Regime Militar. A sua luta em defesa dos direitos humanos e da justiça social assumiam, aos olhos de alguns dos representantes do Estado, perfis da prática comunista e marxista.

Os setores do Estado que se opunham aos progressistas eram, em geral, partidários de uma concepção religiosa mais tradicional. Entendiam que a Igreja deveria se limitar ao espaço físico da capela e que não deveria se lançar em meio às questões sociais, tal qual o faziam os membros da Igreja Popular.

Os padres e os bispos que adotavam a defesa da justiça social eram tidos como subversores da ordem, como uma ameaça à ordem estabelecida pela *Revolução de 1964*. A sua atuação em meio aos movimentos sociais era considerada como intervenção no ramo da política, que, para alguns, era exclusividade do Estado.

Em 1968, os conflitos entre as parcelas mais conservadoras do Estado e os setores mais progressistas da Igreja, no estado de Pernambuco, podem ser abordados a partir de artigos publicados no *Jornal do Comércio* de agosto de 1968.

No que diz respeito ao Arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, um artigo pesquisado no *Jornal do Comércio* do ano de 1968 revela a postura do arcebispo em favor dos camponeses do Nordeste e a ênfase do seu discurso na justiça social:

O arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, em discurso pronunciado no encerramento do Encontro de Federações dos Trabalhadores na Agricultura do Nordeste, ontem em Carpina [...]

[...]

Como perder a oportunidade de participar do I Encontro das Federações dos Trabalhadores Rurais do Nordeste, se é no nosso meio rural que se consomem injustiças sociais que clamam aos céus e diante das quais seria imperdoável guardar um silêncio cômodo, desviar os olhos e continuar a caminhada?

[...]

[...] Minha intenção será provar que há pessoas interessadas em queimar os bispos junto ao Povo, quando justamente os Bispos são uma das últimas vozes ainda com fôrça para defender a justiça, pisada por poderosos que têm tudo nas mãos.

Estão perdendo tempo porque a Igreja não se cala e continuará defendendo os trabalhadores contra os inimigos de fora e os inimigos de dentro da própria classe trabalhadora.

[...]xii

Quanto ao assessor de dom Hélder Câmara, o padre belga Joseph Comblin, ele foi acusado de subversão pelo vereador do Recife Wandenkolk Wanderley. A acusação se deveu a um documento (o Documento Comblin) que o sacerdote elaborou às vésperas de uma reunião geral de bispos do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). A reunião estava prevista para o mês de agosto de 1968 em Medellín (Colômbia) e os padres da América Latina procuraram dar a sua contribuição para o encontro.

Wandenkolk Wanderley acusou o padre Belga:

O vereador Wandenkolk encaminhará, amanhã, ao comandante da 7ª. Região Militar, general Antônio Augusto Gomes Tinoco, uma representação contra o padre Joseph Comblin pedindo a decretação de sua prisão preventiva.

[...]

*Salienta que o padre Comblin “incitou publicamente a subversão da ordem político-social e a luta pela violência entre as classes sociais, ação que pode determinar a sua detenção por um a três anos, com aumento da metade da pena”[...]*xiii

Comblin respondeu às acusações:

Tratando-se de estudos teológicos, é evidente que os problemas políticos são atingidos apenas nos seus princípios mais gerais e filosóficos, prescindindo de qualquer aplicação concreta. [...] Os não especialistas não percebem que não se trata de uma doutrina nem de uma mensagem, e sim de um simples esquema de estudos. [...] A imaginação começa a ferver. O documento já se transformou em arma de subversão da Igreja e da sociedade inteira, já é uma ameaça à segurança nacional. Os jornais ficam alarmados, os vereadores apelam para a vigilância da nação.^{xiv}

Sendo assim, a partir desses artigos retirados do Jornal do Comércio de agosto de 1968 e do Boletim Arquiocesano da Arquidiocese de Olinda e Recife podem ser percebidos alguns dos aspectos que compuseram os conflitos entre parcelas do Estado e os setores mais progressistas da Igreja Católica. O discurso de dom Hélder, em Carpina, revela a opção por uma orientação teológica mais progressista, o que o levou a ser acusado de subversivo. Já o vereador Wandenkolk Wanderley se revelou um defensor do *status quo*, da ordem político-social vigente.

NOTAS

ⁱ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ⁱⁱ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ⁱⁱⁱ MAINWARING, Scott. *A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prietto. São Paulo: Brasiliense, 1916.

^{iv} LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 65.

^v MAINWARING, Scott. *A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prietto. São Paulo: Brasiliense, 1916.

^{vi} MAINWARING, Scott. *A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prietto. São Paulo: Brasiliense, 1916.

^{vii} SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

^{viii} MAINWARING, Scott. *A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prietto. São Paulo: Brasiliense, 1916.

^{ix} SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 24.

^x PAGE, Joseph. *A Revolução que Nunca Houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. São Paulo: Record, 1972.

^{xi} MAINWARING, Scott. *A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prietto. São Paulo: Brasiliense, 1916. p. 116.

^{xiii} Jornal do Comércio; Sábado, 27 de janeiro de 1968; Caderno I – Página 10.

^{xiii} Jornal do Comércio; Domingo, 18 de agosto de 1968; Caderno I – Página 1.

^{xiv} Boletim Arquidiocesano nº. 6 – Recife, 22 de setembro de 1968. p. 19.